

ATA DE 05/01/2015

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do Concelho de Vila Velha de Ródão levada a efeito em cinco de janeiro de dois mil e quinze

Ata 01

Aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, pelas 14:30 horas, realizou-se reunião ordinária pública mensal da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, que teve lugar no edifício da escola primária de Fratel, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Miguel Ferro Pereira, que presidiu, e dos vereadores Sr. José Manuel Ribeiro Alves, Dr. Nicolau Pinto Eduardo, Dr.ª Ana Luísa Faria Pereira Correia Marques e Dr.ª Natália Lopes Ramos.-----

---A reunião foi declarada aberta pelo Senhor Presidente, pelas 14:30 horas.-----

---Depois de verificadas as presenças passou-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior, findo o que, e após ter sido esta aprovada, se procedeu à sua assinatura, continuando-se com os assuntos constantes da Ordem do Dia. -----

Período antes da ordem do Dia

O Senhor Presidente saudou a população presente, congratulando-se com a expressiva presença da população, que encheu a sala para assistir à 1ª reunião pública descentralizada da câmara municipal, do ano de 2015. Referiu ter sido esta uma decisão tomada pelo presente executivo, com o objectivo de aproximar e fortalecer a relação entre a Câmara e os seus Municípios, tendo-se realizado, já em 2014, reuniões públicas descentralizadas em todas as freguesias, exceto na sede de freguesia. Cumprimentou os Senhores Presidentes de Junta presentes e agradeceu, em particular, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, anfitriã, e a todos os elementos da Junta, a disponibilidade e a colaboração prestada na realização da presente reunião. Informou ainda a população do modo como decorrem as reuniões de câmara e que, no final da reunião, haveria um espaço aberto ao público onde poderiam colocar todas as suas questões, dando, de imediato, início à reunião. -----

ORDEM DO DIA – Em conformidade com a ordem do dia foram analisadas os seguintes assuntos: -----

3- Finanças Municipais-----

---Foi presente o balancete da Tesouraria Municipal do dia anterior, por onde se verificou o seguinte movimento: Total de disponibilidades “1.923.367,43 €” (um milhão, novecentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e sete euros e quarenta e três cêntimos), dos quais

“1.885.489,58 €” (um milhão, oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), são de Dotações Orçamentais e “37.877,85 €” (trinta e sete mil, oitocentos e setenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos) de Dotações não Orçamentais. -----

4 – Ratificação de despachos -----

1) A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o Despacho n.º 001/2015, de 2 de janeiro, do Sr. Presidente da Câmara, que aprovou a 1ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 31.000,00€ (trinta e um mil euros) e a 1ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais, com um aumento no valor de 1.000,00 (mil euros) e a 1ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos com um aumento de 30.000,00€ (trinta mil euros) e uma diminuição no valor de 31.000,00€ (trinta e um mil euros). -----

2) A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o Despacho n.º 108/2014, de 30 de dezembro, do Sr. Presidente da Câmara, que aprovou a adjudicação dos seguros do Município de Vila Velha de Ródão, bem como as respetivas minutas de contrato, do seguinte modo: Lote I, à Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., pelo valor de 112.230,73€ e o Lote II à Açoreana Seguros S.A., pelo valor de 14.688,06€.-----

5 – Averbamento – Licença de táxi -----

Foi presente um requerimento em nome de Albertino Lourenço Rodrigues - NIF 176 393 145, residente no Largo da Estação da CP, em Sarnadas de Ródão, que solicita, nos termos do Decreto-Lei 251/98, de 11 de Agosto e sucessivas alterações, o averbamento da nova viatura, marca citroen e com a matrícula 71-PI-64, à Licença de Táxi nº 01/2002, emitida em 26/12/2002.-----

---A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o averbamento à Licença de Táxi nº 01/2002.-----

6 – Proposta de adesão à Marca natural.PT -----

---O Sr. Presidente apresentou a Informação n.º 067/2014 do Gabinete de Apoio ao Presidente, relativa ao convite efetuado à autarquia, pelo ICNF, no sentido desta aderir à MARCA NATURAL.PT “Património Vivo”, que tem como objetivo geral distinguir os produtos e serviços diferenciadores de qualidade, constituindo uma aposta nos recursos

ATA DE 05/01/2015

endógenos, valorizando os produtos identitários, as atividades e saberes tradicionais. A referida marca representa um selo de qualidade no que diz respeito à valorização dos produtos locais e de promoção do território. Neste processo de adesão é ainda necessário definir um interlocutor/ representante do município em todos os assuntos relacionados com a MARCA NATURAL.PT. -----

---Analisado o assunto, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, de acordo com o previsto na alínea t) do nº1 do art.º33 da Lei 75/2013, a integração do município na Plataforma Local de Operacionalização e Gestão (PLOG), que gere a referida Marca.-----

Mais foi deliberado, por unanimidade, designar o Chefe de Gabinete, Jorge Alberto Martins Gouveia, como interlocutor/ representante deste município em todos os assuntos relacionados com esta matéria.-----

---A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

7 – Constituição de fundo permanente -----

---A Câmara Municipal deliberou que deve continuar a existir um Fundo Permanente para ocorrer a despesas imprevistas, urgentes e inadiáveis, para todos os serviços da Câmara Municipal, que será, até final de 2015, no valor de 200,00 € (duzentos euros) por mês. ----

---O Fundo Permanente ficará entregue à Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, ou nas suas faltas e impedimentos à Coordenadora da Secção de Administração Geral. ---

---O Fundo Permanente será distribuído pelas seguintes rubricas: -----

0102/020210 € 50,00 (cinquenta euros);-----

0102/020225 € 50,00 (cinquenta euros);-----

0102/020121 € 50,00 (cinquenta euros);-----

0102/02010202 € 50,00 (cinquenta euros); -----

---A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o Fundo Permanente para 2015. -----

--- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

8 – Constituição de caixas para Cactejo, cobrança de água e Serviço Descentralizado-----

--- Foi presente a Informação n.º 025/2014 da Tesouraria, relativa a constituição de caixas, para os serviços de Cobrança de Água, Receitas da Cactejo e Serviço Descentralizado. -----

---A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar os Caixas para 2015, de acordo com o teor da informação acima referida de que se arquiva cópia. -----

--- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

9 - Encargos com o Pessoal para 2015-----

---- Foi presente a informação 1/2015 dos Serviços de Recursos Humanos de onde consta a informação dos encargos com remunerações do pessoal a recrutar em 2015, que são no montante de 32.596,80€, nos termos do Mapa de Pessoal aprovado, e de acordo com a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

---Vista a informação a Câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os encargos em causa, nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.-----

10 - Adjudicação do Fornecimento de Combustíveis Rodoviários e aprovação de Minuta do Contrato -----

---A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar este ponto da ordem do Dia. -----

11 - Emissão de parecer prévio na aquisição de serviços-----

1 - Foi presente a informação n.º369/2014 da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, referente á **prestação de serviços de certificação energética do Bar do Cais**. -----

---A Câmara Municipal atendendo a que: -----

a) – Se trata da execução de trabalho não subordinado, para o qual não é conveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e não existe na câmara municipal trabalhadores que possam desempenhar o trabalho em causa;-----

b) – será respeitado o regime legal da aquisição de serviços;-----

c) – a despesa tem cabimento orçamental; -----

deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a prestação de serviços por ajuste direto regime simplificado á firma Páginas e Coordenadas, Lda, com sede em Castelo Branco, pelo valor de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros), acrescido IVA á taxa legal em vigor.-----

--- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

2 - Foi presente a informação n.º381/2014 da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, referente á **prestação de serviços de alteração do sistema de segurança contra incêndios da Casa de Artes e Cultura do Tejo**.-----

---A Câmara Municipal atendendo a que: -----

ATA DE 05/01/2015

a) – Se trata da execução de trabalho não subordinado, para o qual não é conveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e não existe na câmara municipal trabalhadores que possam desempenhar o trabalho em causa;-----

b) – será respeitado o regime legal da aquisição de serviços;-----

c) – a despesa tem cabimento orçamental; -----

deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a prestação de serviços por ajuste direto regime simplificado á firma Arquitetura e Urbanismo Luís Lourenço, com sede em Castelo Branco, pelo valor de 2.800,00€ (dois mil e oitocentos euros), acrescido IVA á taxa legal em vigor.-----

--- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

3 - Foi presente a informação n.º380/2014 da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, referente á ***prestação de serviços dos projetos das especialidades de infraestruturas elétricas, telecomunicações, gás, AVAC, som, segurança e intrusão***.-----

---A Câmara Municipal atendendo a que: -----

a) – Se trata da execução de trabalho não subordinado, para o qual não é conveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e não existe na câmara municipal trabalhadores que possam desempenhar o trabalho em causa;-----

b) – será respeitado o regime legal da aquisição de serviços;-----

c) – a despesa tem cabimento orçamental; -----

deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a prestação de serviços por ajuste direto regime simplificado á firma Rediprotel, Engenharia, Estudos e Projectos, Lda, com sede em Castelo Branco, pelo valor de 1.350,00€ (mil trezentos e cinquenta euros), acrescido IVA á taxa legal em vigor. -----

--- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

4 - Foi presente a informação n.º336/2014 da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, referente á ***prestação de serviços para coordenação de segurança em obra das empreitadas municipais, pelo período de 1 ano***.-----

---A Câmara Municipal atendendo a que: -----

a) – Se trata da execução de trabalho não subordinado, para o qual não é conveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e não existe na câmara municipal trabalhadores que possam desempenhar o trabalho em causa;-----

b) – será respeitado o regime legal da aquisição de serviços;-----

c) – a despesa tem cabimento orçamental; -----

deliberou por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a prestação de serviços por ajuste direto com convite às firmas CMVS – Projectos de Engenharia, Lda; Low Edge Consult – Consultoria de Engenharia, Gestão, Segurança e Prevenção do Trabalho e FG 2004 – Engenharia, Fiscalização e Gestão, Lda, pelo valor de 17.700,00€ (dezassete mil e setecentos euros), acrescido IVA á taxa legal em vigor. -----

--- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

12 – Subsídios -----

---A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar este ponto da ordem do Dia. -----

10 – Informações-----

O Senhor Presidente deu conhecimento dos pagamentos efetuados no período, que foram no valor de 871.195,62 €. -----

---De seguida, o Sr. Presidente deu a palavra a todos os presentes, para que pudessem apresentar as suas questões dando-se início à **Intervenção do Público de acordo com artigo 10º do Regimento** -----

--- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fratel usou da palavra, agradecendo a presença do Executivo e apresentou dois pontos relacionados com o Plano Plurianual de Investimentos do município, e que se tratava de saber quais eram as perspectivas de intervenção para a zona da entrada do Fratel e respectivos loteamentos e para os Envolventes às Piscinas de Fratel. O Sr. Presidente respondeu que essa era uma preocupação do executivo e que, no ano passado, se tinha procedido à aquisição de um terreno com a finalidade de fazer um Loteamentos no Fratel e, desta forma, atrair pessoas. Contudo esta situação não depende apenas da vontade da Câmara, mas também da vontade dos particulares em colaborar com a câmara, de modo a possibilitar a aquisição de terrenos nas imediações, o que, muitas vezes, não é possível, face aos valores solicitados ou, simplesmente, à indisponibilidade para negociar, inviabilizando assim o desenvolvimento de projetos que a câmara municipal tem em vista e que servem os interesses do Fratel. Informou ainda que a Câmara está em negociações com os particulares, com a colaboração do Sr. Presidente da Junta de Freguesia e do Dr. Nicolau, no sentido da aquisição de mais terrenos, pelo seu justo valor, e de equacionar

ATA DE 05/01/2015

também outras soluções que possam permitir a fixação pessoas no Fratel. A entrada Norte do Fratel é um projeto que está na lista do executivo para se desenvolver e que pretendem concretizar pois, faz todo o sentido fazer a requalificação daquela área.-----

--- Usou também da palavra o Sr. Coronel Faia, de Fratel, para acrescentar que a questão da dificuldade de construção em Fratel, já ser um problema antigo, pelo facto dos terrenos pertencerem a um número muito reduzido de pessoas que, por dificultar a aquisição dos terrenos por parte da câmara, têm impedido o desenvolvimento do Fratel. Na sua opinião e uma vez que vivemos em democracia, a terra e as pessoas não deviam viver subjugadas ao individualismo de alguns, devendo, nestas situações, o colectivo sobrepor-se ao interesse privado. O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que muito se fala do desenvolvimento do interior e de que a lei tem que ser geral e igual para todos. Mas existem especificidades nas regiões e no interior. É o caso da lei das expropriações, que poderia ser utilizada para esses fins, contudo os prazos, processos administrativos e sobretudo os custos dos processo de expropriação são completamente descabidos para realidades desta natureza, não dispondo assim o executivo das ferramentas adequadas para quem pretende continuar a lutar pelo desenvolvimento destes territórios.-----

--- De seguida, usou da palavra o Sr. Octávio Catarino, da Foz do Cobrão, saudando o executivo e desejando um ano cheio de sucessos e de realizações em prol das populações, e deixando uma nota positiva sobre a descentralização das reuniões de câmara pelas freguesia, ficando na expectativa destas se poderem também estender a outras localidades. Deixou uma saudação em especial para o Fratel, uma vez que há já muito tempo se habituou a admirar as gentes desta terra, desde a célebre Comissão de Melhoramentos de Fratel, com quem bastante confraternizou. Aproveitou ainda para colocar algumas questões, nomeadamente o facto da IPSS da Foz do Cobrão não ter sido convidada para participar numa reunião realizada na AMS, com as várias associações do concelho e saber se a câmara já ponderou uma solução para o aproveitamento da água do Ribeiro do Cobrão. O Sr. Presidente referiu que relativamente ao convite para a reunião na MAS, sobre o tema das associações do concelho, o mesmo foi da responsabilidade da empresa, e estranha essa falha de comunicação, tratando-se certamente de um lapso, no entanto a câmara fará chegar essa preocupação à empresa, uma vez que o executivo regista com apreço a preocupação e o esforço, das várias

empresas do concelho, de terem uma política de responsabilidade social ativa. Relativamente ao aproveitamento dos recursos hídricos do Vale do Cobrão, a câmara identifica-se com a ambição das pessoas daquela localidade, tendo sido realizados alguns estudos para o efeito, contudo prevê-se que este projecto terá enquadramento no novo quadro comunitário, pelo que não tem sentido a câmara hipotecar agora recursos, quando poderá beneficiar, a breve prazo, de apoios comunitários.-----

--- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fratel referiu ainda uma questão relativa ao estado do piso da rua junto à estação de Vila Velha de Ródão em virtude das pessoas, com alguma idade, terem dificuldade em transitar na mesma. O Sr. Presidente esclareceu que aquela zona estava integrada no projecto de Requalificação do Cabeço das Pesqueiras, que envolvia o espaço desde o Lagar de Varas até ao antigo edifício da serração e que reestabelecia a ligação à Rua de Santana. Contudo não foi possível concretizar as negociações necessárias para implementação integral do projecto, tendo que ser excluída da execução da obra. Atualmente, o projecto está concluído e é espectável que tenha enquadramento no novo quadro comunitário a breve prazo.-----

--- Usou da palavra o Sr. Carlos Pinto, de Fratel, que levantou o problema da redução de faixas no troço da IP2 entre o Vermum/Fratel e Gardete/Riscada, ao que o Sr. Presidente respondeu que a referida via é da responsabilidade das Estradas de Portugal, contudo a câmara irá dar conhecimento do facto àquela entidade. Referiu ainda a falta de sinalização horizontal em algumas vias e de identificação de algumas ruas, tendo o Sr. Presidente esclarecido que o trabalho de toponímia foi feito em colaboração com as juntas de freguesia, estando ainda a decorrer o processo de colocação das placas, prevendo-se que esse trabalho esteja concluído em breve. Quanto à sinalização rodoviária, foi feito um levantamento das necessidades de sinalização horizontal e vertical, que representa um investimento considerável e havendo a indicação de que, em Overbooking, haverá a possibilidade de candidatar esta medida a fundos comunitários, será preparado este processo para obter esse financiamento, caso o projecto não seja enquadrável, irá ser realizado, gradualmente, de acordo com um plano de prioridades. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fratel referiu que a questão já tinha sido colocada na Assembleia de Freguesia, contudo ainda não tinha sido possível levá-la a reunião de câmara, mas agradece, desde já, a disponibilidade da câmara na resolução

ATA DE 05/01/2015

da questão. Relativamente a este assunto o Sr. Coronel Faia referiu o facto da sinalética não identificar claramente as várias localidades, dificultando a orientação dos visitantes, tendo o Sr. Presidente esclarecido que a sinalização da estrada, nacional é da responsabilidade das Estrada de Portugal, que têm critérios próprios, já estão colocados na estrada municipal, tem a câmara alguma autonomia de atuação.-----

---Usou da palavra o Sr. Luís Jorge Carmona, do Perdigão, para questionar da possibilidade de substituir as telhas de amianto do lavadouro do perdigão e de completar o alcatroamento das ruas daquela localidade, tendo o Sr. Presidente esclarecido que apenas foi feito no Perdigão uma manutenção ligeira, no âmbito de um procedimento desenvolvido pela câmara, uma vez que não tem meios próprios para o fazer, sendo definidas prioridades, em virtude das disponibilidades orçamentais, ficando, no caso do Perdigão, aquém do que se desejaria fazer, estando, no entanto, já previsto, para o presente ano, uma intervenção mais profunda. Quanto à questão do Lavadouro, sendo essa uma competência da junta de freguesia, com certeza que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, presente na reunião, tomou boa nota disso.-----

---Interviu ainda o Sr. António Lopes, residente em Fratel, relativamente à situação de um morro, junto da rua Inspetor Batista Martins e da existência de uma azinhaga, actualmente coberta de silvas, solicitando à camara, que procedesse à limpeza daquele espaço, podendo o mesmo servir de percurso para os mais idosos, tendo o Sr. Presidente explicado que aquela teria de ser uma intervenção realizada pela Junta de Freguesia, por se enquadrar na sua esfera de competências.-----

--- Finalmente o Sr. Zacarias Araújo Pires, de Fratel, referiu dispor de um terreno, de que se vê privado de usufruir, uma vez que o PDM lhe delimitou a sua utilização, assim como viu parte do mesmo ser utilizado para alargamento da rua, solicitando ao Sr. Presidente que procedesse à sua desafecção da área de equipamento no PDM. O Sr. Presidente referiu ter conhecimento do assunto e esclareceu que, acerca de 30 anos, aquando da aprovação do anterior PDM, aquela área foi abrangida por uma área de equipamento, o que limitou a possibilidade de utilização do mesmo. Actualmente o PDM encontra-se em fase de revisão, processo iniciado há cerca de quatro anos, mas que, por sucessivas alterações legislativas, implicaram constantes e significativas alterações, motivo pelo qual ainda não foi possível concluir a sua revisão, mas que a mesma já se encontra na fase

final. No caso em apreço, o problema ficará resolvido no próximo PDM, uma vez que o referido terreno deixará de estar afeto a área de equipamento. -----

--- Terminou o Sr. Coronel Faia referindo a importância da Comissão de Melhoramentos do Fratel, estando presentes alguns dos elementos dessa comissão, sem a qual o Fratel não seria o que é hoje e muitos dos elementos que cumpriram aquela missão, não permaneceriam no Fratel e, não existindo, na terra, nenhuma referência àquela entidade, fica, deste modo, essa referência nos registos da Câmara Municipal.-----

--- O Vereador Dr. Nicolau Eduardo agradeceu a todos os membros do executivo a disponibilidade para se deslocarem à sua terra e a todos os presentes pela sua participação ativa na reunião.-----

--- O Sr. Presidente da Câmara terminou dando nota da realização de um concerto do Conservatório de Castelo Branco, no dia 31 de janeiro, pelas 21 horas e 30 minutos, que gostariam que se realizasse na igreja, mas ainda carece de análise e decisão, que se enquadra nesta forma de estar da câmara municipal, não só de vir até Frtael, mas de trazer também alguma programação cultural e agradecendo a presença de todos, referindo ter sido uma das reuniões mais participadas, em que foram registadas todas as preocupações transmitidas e, dentro das possibilidades da câmara, que serão brevemente tratadas.-----

--- Foram presente e encontram-se arquivados como anexo à presente ata, fotocópia dos da Informação n.º 025/2014 da Tesouraria.

Encerramento